



**CONCEITOS BÁSICOS DE
PSICOLOGIA
ORGANIZACIONAL**

SUMÁRIO

1-	HISTÓRIA DA PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL	3
2-	CLIMA ORGANIZACIONAL	6
3-	COMUNICAÇÃO INFORMAL	12
4-	FORMAÇÃO DE GRUPOS, TRABALHOS EM EQUIPE E RELAÇÕES INTERPESSOAIS	18
5-	PERCEPÇÃO	20
6-	FORMAÇÃO DA IDENTIDADE	34
	REFERÊNCIAS	

1- HISTÓRIA DA PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL

A **Psicologia Organizacional**, inicialmente denominada como **Psicologia Industrial**, estuda os fenômenos psicológicos presentes nas organizações. Mais especificamente, atua sobre os problemas organizacionais ligados à gestão de recursos humanos (ou gestão de pessoas).

23,6% dos psicólogos trabalham na área organizacional, o que a torna a segunda maior área da psicologia.^[1]

A psicologia organizacional está ligada a empresas atualmente, seja no bem-estar de cada um dos colaboradores, até mesmo nas emoções geradas num ambiente de trabalho.

Tradicionalmente, as principais áreas da psicologia organizacional são: recrutamento, seleção de pessoal, treinamento e diagnóstico organizacional. Entretanto, as relações de trabalho mais recentes com o advento das empresas de base tecnológica com modelos de negócios inovadores (as Startups) e a disseminação de tecnologias da informação digital, tem aberto espaço para novas aplicações da psicologia organizacional nas empresas e instituições.

Algumas das principais atividades do psicólogo organizacional:

- Analisar cargos e salários;
- Realizar seleção e recrutamento de novos funcionários;
- Aplicação de testes psicológicos (atividade exclusiva para psicólogo);
- Realizar pesquisa sobre os sentimentos e emoções dos funcionários;
- Organizar o treinamento de habilidades dos profissionais;
- Organizar um clima organizacional mais eficaz;
- Resolver situações de conflitos entre funcionários;
- Projetar sistema de avaliação de desempenho;
- Avaliar a eficácia de uma prática específica;
- Promover qualidade de vida no trabalho;
- Realizar Ambientação ou Tutorização Organizacional de novos funcionários.

Organização

De acordo com a definição de Daft, organizações são entidades sociais, dirigidas por metas e desenhadas como sistemas de atividades deliberadamente estruturados e coordenados, ligados ao ambiente externo, onde um conjunto de profissionais trabalha para chegar a um objetivo comum.

História da Psicologia Organizacional

Antes de fazerem parte de temas de estudo na Psicologia, questões como mente, alma, espírito, eram privilégio dos Filósofos e dos Religiosos. Somente em finais do século XIX é que a Psicologia começa a disputar um espaço na Ciência. No que se refere à relação de trabalho, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, foram determinantes para entendermos a Psicologia Organizacional que conhecemos hoje. É neste período turbulento que começa a desestruturação do sistema feudal e surgem trabalhadores independentes que criavam seus trabalhos com suas ferramentas. Sena e Silva (2004) mostra que assim como muitos saberes psicológicos, a psicologia industrial se forma no período das duas grandes guerras mundiais. Ela começa a obter seu reconhecimento no ano de 1924. Neste mesmo período foram feitas pesquisas para saber as condições de trabalho e foi nesse ínterim que começou a se pensar em novas formas de se trabalhar. Com o surgimento da industrialização, o trabalhador começa a tornar-se empregado, ele ainda “tinha” certo controle sobre o produto, que só surgiria dependendo do ritmo de trabalho desse trabalhador. Contudo, com o surgimento das máquinas, essas interferências foram diminuindo. O homem tinha agora que obedecer ao ritmo da produção maquinal. Antes do surgimento da Psicologia Industrial, os trabalhadores também estavam se tornando mecânicos, uma vez que as empresas detinham o conhecimento científico e o utilizava uma forma que controlasse os trabalhadores. Segundo Brown, 1976. pg 23) “ ... a estrutura toda da indústria, suas tradições e superstições, têm sido aceitas quase sem perguntas e tem-se a impressão de que os seres humanos, foram feitos para adaptar-se à indústria, em vez de suceder o contrário”. A partir dos anos 50, a denominação de

Psicologia Organizacional, começa a tomar corpo, a junção dos saberes da sociologia e a antropologia com o da psicologia, influenciaram assim para o crescimento da psicologia social.

Publicações importantes na área

- *Industrial and Organizational Psychology: Perspectives on Science and Practice*
- *Academy of Management Journal*
- *Academy of Management Perspectives*
- *Academy of Management Review*
- *Human Performance*
- *Journal of Applied Psychology*
- *Journal of Management*
- *Journal of Occupational and Organizational Psychology*
- *Journal of Occupational Health Psychology*
- *Journal of Organizational Behavior*
- *Journal of Personnel Psychology*
- *Personnel Psychology*
- *The Industrial-Organizational Psychologist*
- *Work & Stress*
- *Organizational Research Methods*

2- CLIMA ORGANIZACIONAL

A definição mais usada de Clima Organizacional é a de um conjunto de propriedades mensuráveis do ambiente de trabalho percebido, direta ou indiretamente pelos indivíduos que vivem e trabalham neste ambiente e que influencia a motivação e o comportamento dessas pessoas.

Clima Organizacional é o indicador de satisfação dos membros de uma empresa, em relação a diferentes aspectos da cultura ou realidade aparente da organização, tais como: políticas de RH, modelo de gestão, processo de comunicação, valorização profissional e identificação com a empresa.

A apuração do nível de satisfação dos colaboradores, se faz necessária para:

- **indicar** e apoiar as decisões dos gestores;
- **mensurar** como está a qualidade de vida no trabalho dos colaboradores. Assim, se a qualidade do trabalho for pobre, conduzirá à alienação do empregado e à insatisfação, à má vontade, ao declínio da produtividade, à comportamentos contraproducentes (como absenteísmo, rotatividade, roubo, sabotagem, militância sindical etc.);
- **estabelecer** referências confiáveis sobre um ambiente específico para implementar ações, onde cresça a motivação, gerando um espírito participativo, efetivo, levando a empresa a atingir excelentes níveis de produtividade e comprometimento.

O clima organizacional é uma variável que influi diretamente na produtividade, pois o grau de salubridade de uma organização depende de sua atmosfera psicológica. Esta atmosfera é fruto do conjunto de percepções das pessoas que compartilham seu dia-a-dia com a organização. A pesquisa revelará a realidade percebida pelos colaboradores e não somente o que efetivamente acontece.

Se a qualidade do trabalho for boa, conduzirá a um clima de confiança e respeito mútuo, no qual o indivíduo tenderá a aumentar suas contribuições e elevar suas

oportunidades de êxito psicológico e a administração tenderá a reduzir mecanismos rígidos de controle social.

Hierarquia das necessidades humanas

Segundo Maslow, o que propulsiona o homem são suas necessidades: tão logo uma necessidade é satisfeita, outra surge em seu lugar. Esse processo é interminável e contínuo, entende – se como do nascimento até a morte.

As necessidades humanas estão organizadas em níveis e numa hierarquia de importância que representaremos a seguir

1. Necessidades fisiológicas

São as necessidades vitais de sobrevivência: alimentação, descanso, proteção contra frio e calor e necessidades sexuais.

2. Necessidades de segurança

Quando as necessidades vitais estão razoavelmente satisfeitas, necessidades e níveis superiores, no caso as de segurança, começam a motivá-lo. Essas são necessidades de proteção contra o perigo: seguro de vida, incêndio, seguro saúde, casa própria, emprego estável. Por exemplo: as ações arbitrárias da chefia ou um comportamento que reflita favoritismo ou discriminação, falta de clareza e objetividade, poderão ativar as necessidades de segurança na relação de emprego de qualquer nível do colaborador (ameaçam a necessidade de segurança).

3. Necessidades sociais

Quando as necessidades de segurança estão satisfeitas e o homem não está temeroso quanto ao seu bem estar físico, as necessidades sociais tornam-se importantes. São necessidades sociais: de participação, de associações, clubes, aceitação por parte dos amigos, novas amizades e amor. Quando essas necessidades são frustradas na situação de trabalho, o indivíduo age de modo a dificultar a consecução dos objetivos grupais, ele se torna antagônico e não cooperativo.

4. Necessidades de autoestima

São as Necessidades de respeito, autoconfiança, status, boa reputação, reconhecimento, apreciação e respeito dos amigos. Para que essas necessidades apareçam de maneira significativa os níveis anteriores devem estar razoavelmente satisfeitos.

5. Necessidades de auto realização

No topo da hierarquia existem as necessidades de auto – realização. Essas são as necessidades de dar vazão às próprias potencialidades, de um contínuo autodesenvolvimento, de ser criativo.

Metodologia de pesquisa

A aplicação da Pesquisa de Clima Organizacional é realizada semestralmente pela área de Recursos Humanos da Interfarmacia, baseado em entrevistas individuais com os funcionários, com duração máxima de 1 hora.

Foi apresentado aos pesquisados: os objetivos do trabalho, a definição de Pesquisa de Clima Organizacional e as características da pesquisa, assegurando os aspectos ético e sigiloso de todo o trabalho.

O questionário aplicado em cada colaborador é composto por 12 perguntas, a maioria delas de caráter “aberto”, de modo a provocar reflexão nos participantes.

Os 5 indicadores utilizados na Pesquisa foram extraídos do GUIA EXAME – AS 100 MELHORES EMPRESAS PARA VOCÊ TRABALHAR. São eles:

1. credibilidade;
2. justiça;
3. respeito;
4. orgulho;
5. atitude positiva ou “camaradagem”.

Plano de ação

Considerando os itens de maior insatisfação dos colaboradores da Interfarmacia, propomos as seguintes ações:

- estudo do sistema de remuneração da empresa através de pesquisa salarial a fim de verificar em que faixa a remuneração definida pela Interfarmacia está localizada no mercado externo, em empresas do mesmo ramo e porte;
- formalização do processo de avaliação de colaboradores, com prévia preparação dos avaliadores envolvendo os conceitos de percepção, competências interessantes ao negócio e outros temas relativos ao processo;
- levantamento das Necessidades de Treinamento das equipes a fim de verificar suas carências de conhecimentos, habilidades e atitudes coerentes com as funções exercidas;
- elaboração de Plano Individual de Treinamento e Desenvolvimento Gerencial;
- criação/ otimização dos canais de comunicação com os associados e colaboradores onde seja estimulado o clima de contribuição para sugestões e opiniões de todos;
- realização de campanha motivacional a fim de aumentar o grau de comprometimento com a Empresa e restabelecer o sentimento de afiliação entre as equipes;
- esclarecimento sobre as metas e objetivos a serem atingidos pela empresa.

Modelo de questionário

1. Tenho liberdade para expressar opiniões diferentes contrárias às de minha chefia no que diz respeito ao andamento dos trabalhos na minha área.
2. Em minha área de atuação, existe uma constante preocupação em procurar sempre inovar métodos e procedimentos dentro dos trabalhos executados.
3. Minha equipe de trabalho é motivada e sempre buscamos objetivos comuns.
4. Gosto e procuro participar das decisões que afetam o trabalho na minha área.
5. A parcela de poder de decisão e autonomia incluídas em meu trabalho são suficientes para desenvolver atividades sob minha responsabilidade.
6. A produtividade quase nunca fica prejudicada por falta de organização e planejamento entre os setores de minha área.
7. Na área, as pessoas se esforçam para desenvolver um trabalho de qualidade.
8. Sinto que meu trabalho é estimulante e motivador.
9. A comunicação verbal é facilmente compreendida na área.

10. As pessoas são envolvidas em um trabalho interdivisional, atuam de forma coesa com se não pertencessem a setores diferentes.
11. As pessoas sentem que têm seu potencial devidamente reconhecido.
12. As pessoas têm tranquilidade para executar suas tarefas dentro de um ritmo normal, com distribuição equitativa de carga de trabalho entre os colegas. O ambiente de trabalho não é tenso.
13. As tarefas que desempenho nesta organização possuem muito significado e importância para mim.
14. Posso dizer sinceramente que tenho uma boa visão sobre os rumos e objetivos da minha área.
15. Os níveis de comentários informais (fofocas) não são altos na área.
16. O conteúdo das ordens que recebo em minha área são claros.
17. Tenho absoluta certeza daquilo que esperam de mim e de onde posso chegar nessa organização.
18. Meu superior imediato aceita facilmente as sugestões que dou.
19. Meu superior imediato se manifesta positivamente quando demonstro um desempenho acima do esperado.
20. Meu superior imediato se preocupa em manter seus subordinados informados sobre as coisas que possam afetar o trabalho na área.
21. Pouco pode ser feito para melhorar o trabalho na área.
22. As mudanças são comunicadas e explicadas com antecedência.
23. As ordens recebidas vêm acompanhadas da informação necessária a execução do trabalho.
24. Não tenho dificuldade em fazer que meu chefe encontre tempo para me atender.
25. Quando estou envolvido com uma série de trabalho, posso encontrar com o auxílio e não com a crítica do meu chefe.
26. O relacionamento no ambiente de trabalho é amigável.
27. Quando necessário mudar a política ou procedimento, meu chefe explica a necessidade da mudança.
28. Meus colegas da área estão dispostos a ouvir e considerar diferentes opiniões. Em situações de conflito, por exemplo, as pessoas preferem levantar o problema em busca de soluções adequadas ao invés de ignorá-lo.

29. As pessoas de minha área estão mais preocupadas com o intercâmbio do que com a defesa de seus territórios.
30. Raramente percebo que existe competitividade exagerada no ambiente de trabalho.

3- COMUNICAÇÃO INFORMAL

Segundo Paul Watzlawick, em sua teoria da comunicação entre dois indivíduos, é impossível não se comunicar, pois **todo comportamento é uma forma de comunicação**.

A comunicação também é parte inerente das empresas. É preciso pensar a comunicação no seu sentido original – o de tornar algo comum a todos -, como **um desafio para toda a organização**, e não como exclusiva dos profissionais da área.

A comunicação organizacional somente poderá fluir a partir da criação de uma **consciência comunicativa**. E isso só é possível em uma cultura organizacional na qual prevaleça um ambiente de transparência, confiança e estímulo à cooperação.

A falta de comunicação mina a confiança dos colaboradores e eleva o estresse. A comunicação formal muitas vezes dá espaço para a comunicação informal, especialmente quando deixa lacunas. Quando as pessoas não sabem o que está acontecendo, **boatos e fofocas** se tornam a comunicação oficial.

Apesar de muitos gestores considerarem a comunicação informal como “fofoca no corredor” que precisa ser eliminada ou reduzida, segundo dados de pesquisa publicada pela revista Época Negócios, em 2009, 68% das pessoas de alguma forma dão ouvidos às conversas do corredor, 46% dos entrevistados prestavam atenção nas fofocas do trabalho, pois viam algum sentido nela, e apenas 32% disseram que “quem faz fofoca pode estar muito mal informado”.

A circulação de boatos pode desmotivar a equipe, baixar a produtividade, prejudicar a retenção de talentos e até mesmo ultrapassar as paredes da empresa e manchar sua imagem no mercado.

Uma comunicação assertiva ajuda a controlar a “rádio corredor”. No entanto, o diálogo aberto é fundamental. Um dos meios de a empresa se relacionar com a comunicação organizacional informal é criando os **Conselhos de Comunicação** – grupos de colaboradores que representam suas áreas e colocam em pauta assuntos de interesse dos colegas e da empresa, um espaço para que os empregados tenham voz ativa em processos e atividades da empresa.

É preciso estar aberto a novas ideias, incentivar discussões e promover a comunicação clara e transparente. Para **Emerson Weslei Dias**, em “O inédito viável na Gestão de Pessoas – Reflexões e filosofia prática sobre liderança”, o que não pode faltar na comunicação da empresa com os funcionários é: **clareza, objetividade, abrangência, transparência e reciprocidade**.

Deve-se deixar claro o que se espera como ação prática daquilo que se está comunicando. Quanto menos dúvidas tiverem, menos serão os problemas de entendimentos errados. Uma comunicação eficiente deve identificar exatamente o assunto que pretende expor. A informação que está sendo transmitida precisa atingir todos os públicos da empresa da mesma maneira. Ser transparente no processo de comunicação é o elemento que garante a credibilidade das empresas. Vale lembrar que diálogo é uma via de mão dupla: não apenas falar, mas também ouvir, e ouvir requer vontade, devoção, faz-se pelo dever, é necessário dedicação e concentração para de fato ouvir. Saber ouvir é a melhor maneira de saber falar.

Resumo da ópera: ouvidos atentos, ações claras e caminho aberto. Tenha uma comunicação honesta e clara, independente se a informação que será discutida é boa ou má.

É errado você pensar que uma comunicação empresarial é feita apenas através dos canais corporativos ou falas da presidência.

Toda mensagem que circula no ambiente corporativo, seja ela falada ou apenas escrita, da diretoria ou do chão de fábrica, através de um canal ou apenas comentário no corredor é uma forma de comunicação organizacional.

Assim, podemos dizer que dentro de uma empresa a comunicação é estruturada em três bases:

A primeira delas na **comunicação institucional**, desenvolvida através da imagem corporativa, propaganda institucional e afins e tem como objetivo gerenciar as diretrizes da comunicação empresarial, ou seja, reforçar os objetivos, missão, visão

e valores, além de trabalhar a imagem da empresa para a imprensa, sociedade e colaboradores.

A segunda é a comunicação formal, uma maneira oficial da organização se comunicar com os colaboradores.

E por terceiro a **comunicação informal**. Forma que surge de modo espontâneo entre as pessoas dentro da empresa e que não segue padrões e não está documentada.

Apesar de não ser oficial ou estar documentada, a comunicação informal é uma com maior influência sobre os funcionários, porque ela é tratada de forma horizontal e não existe uma hierarquia entre o emissor e o receptor.

Entendendo o que é Comunicação Informal

Em um ambiente empresarial, é quase impossível evitar que aconteça aquela conversinha de corredor aqui ou acolá, não é mesmo?

Essa conversa entre colaboradores, conhecida como rádio corredor, é uma manifestação interna espontânea sobre os mais variados assuntos, que disseminam uma informação não oficial.

Se antes a conversa informal era restrita apenas ao âmbito empresarial, hoje, a internet abriu essa dimensão e uma informação não oficial pode dar abertura para uma fake news nas redes sociais, por exemplo.

Mas, se não acompanhada de perto pela equipe de RH, a comunicação informal pode se tornar um grande problema nos corredores.

Veja um exemplo do que pode acontecer:



Fonte: demalacuiacachorro

Evitando que a rádio corredor prejudique no trabalho

Quando trabalhamos com a comunicação informal, é muito importante nos preocuparmos com a dimensão que as informações vão tomar.

Uma conversinha sem maldade no corredor pode se espalhar e, como já diz o ditado “quem conta um conto aumenta um ponto”, facilmente uma notícia falsa pode se espalhar e causar o caos entre os funcionários.

Por isso é importante ter comportamentos que evitem as falsas notícias na empresa. **Para isso selecionamos 6 hábitos para evitar que as fake news se espalhem. Confira:**

1. Se houver alguma mudança no quadro de funcionários, seja por motivos de demissão ou admissão, é importante que os líderes comuniquem às suas equipes sobre os motivos da atitude, evitando assim que achismos sejam espalhados pelos corredores.
2. Quando mudanças nos processos (regras, métodos, ferramentas, etc) se tornarem necessárias, é importante que sejam esclarecidos os motivos e

vantagens das alterações. Quando bem comunicado, as possibilidades de uma falsa história surgir são menores.

3. Ofereça treinamentos e reciclagem constantemente. Toda informação importante deve ser retomada de tempos em tempos para que não seja esquecida ou que versões diferentes da oficial sejam criadas.
4. Promova a transparência e a verdade. Ao sinal de qualquer desalinhamento ou boatos é importante que as informações sejam esclarecidas e o clima entre os colaboradores volte a se tornar equilibrado. Os líderes, gestores, ou representantes do RH devem sempre estar à disposição para conversar e esclarecer dúvidas.
5. Em situações onde houver reclamações entre colegas de trabalho, é importante ter um responsável para escutar os dois lados, estabelecer conciliação entre os envolvidos e lembrar que respeito e tolerância fazem parte do bom convívio.
6. Tenha canais de comunicação para reforçar as informações anteriormente citadas. Quando reforçamos a fala através de meios de comunicação, estamos dando a chance das pessoas estarem sempre cientes sobre as mudanças, planejamentos, regras de convivência e boa conduta no ambiente de trabalho.

Trabalhando com a Rádio Corredor

Apesar da rádio corredor trazer o burburinho entre os empregados, não podemos ver a comunicação informal apenas como uma vilã nessa história.

Ela passa a ser um elemento importante para os comunicadores quando usada com sabedoria para disseminar informações estratégicas pela empresa.

Já dizia a célebre frase: se você não pode com o inimigo, junte-se a ele.

Não que o colaborador que sai espalhando notícia pelos corredores seja inimigo da comunicação, mas certamente a fofoca/fake news atrapalha, e muito, o engajamento, planejamento e credibilidade com os funcionários.

Uma das soluções para esses casos é montar um conselho de representantes de todos os departamentos, com perfis engajados e que exercem certa influência sobre os demais, para que eles sejam direcionados a disseminar as informações não oficiais da empresa de modo positivo.

Quando damos representatividade para quem não é líder, damos oportunidade para os empregados serem ouvidos, reforçamos a importância da comunicação entre as pessoas e legitimamos o hábito.

4- FORMAÇÃO DE GRUPOS, TRABALHOS EM EQUIPE E RELAÇÕES INTERPESSOAIS

“relacionar-se é dar e receber ao mesmo tempo, é abrir-se para o novo, é aceitar e fazer-se aceito, buscar ser entendido e entender o outro. A aceitação começa pela capacidade de escutar o outro, colocar-se no lugar dele e estar preparado para aceitar o outro em seu meio.”

Em um ambiente de trabalho o cooperativismo adquire suma importância, e este pode ser alcançado através da boa comunicação e valorização do trabalho do próximo, o que de certa forma permite a interação entre o líder e demais companheiros de trabalho.

A comunicação é uma ferramenta que possibilita a troca de experiências e conhecimentos entre os profissionais. Outro fator importante, e este diretamente ligado à comunicação, é a qualidade do trabalho desenvolvido em equipe.

Relações interpessoais interferem na motivação e cumprimento das metas, agregando assim valor à empresa. A relação entre pessoas não se define pela perfeição e sim pela junção de pessoas com qualidades distintas que juntas se destacam.

Papel desempenhado pelos líderes

Os líderes e empresários possuem importante papel durante este processo. O líder de uma equipe necessita mais do que conhecimento técnico, econômico e financeiro, é necessário que este compreenda as pessoas, colocando-se no lugar delas, para assim exercitar e incentivar o comportamento interpessoal.

Alguns aspectos devem ser analisados com cautela para que os resultados possam ser alcançados.

Os colaboradores que compõem a sua equipe possuem qualidades e habilidades diferentes, características essas que se completam durante a formação de um trabalho em equipe. Contribuindo dessa forma na obtenção de resultados, alcançando com mais facilidades os objetivos da empresa.

O crescimento das organizações se deve aos valores agregados por cada profissional que compõe a sua equipe. Estes possuem inteligência, talento, conhecimento e valor, o que em conjunto gera inúmeros benefícios para as empresas.

Da mesma forma que é importante analisar os aspectos que podem contribuir para uma relação interpessoal produtiva na empresa, é necessário ficar atento às principais causas que geram conflitos, para assim prevê-las e evitá-las.

Entre as principais características que podem levar a conflitos estão o preconceito, grosseria, diferença de valores, sensibilidade exagerada, luta por status, vaidade, e principalmente a competição entre os funcionários.

Ao analisar tais situações conclui-se que trabalhar em grupo pode ser muito prazeroso, além de proporcionar grandes benefícios à organização. No entanto, uma equipe se firma depois de um determinado tempo, ou seja, uma equipe não é formada naturalmente, essa formação depende do esforço de cada integrante.

Para que haja relações interpessoais e desenvolvimento de equipes é necessário que as decisões sejam definidas em grupo, e não apenas delegadas de cima para baixo. “Decidir em grupo é muito mais demorado, porque necessita que todos ou pelo menos a maioria cheguem a um acordo,” porém após essa decisão tomada a chance de obter um resultado satisfatório é ainda maior.

5- PERCEPÇÃO

Percepção (AO 1990: percepção[1] ou percepção)[2] é, em psicologia, neurociência e ciências cognitivas, a função cerebral que atribui significado a estímulos sensoriais, a partir de histórico de vivências passadas (memórias). Através da percepção um indivíduo organiza e interpreta as suas impressões sensoriais para atribuir significado ao seu meio. Consiste na aquisição, interpretação, seleção e organização das informações obtidas pelos sentidos. A percepção pode ser estudada do ponto de vista estritamente biológico ou fisiológico, envolvendo estímulos elétricos evocados pelos estímulos nos órgãos dos sentidos. Do ponto de vista psicológico ou cognitivo, a percepção envolve também os processos mentais, a memória e outros aspectos que podem influenciar na interpretação dos dados percebidos.

O estudo da percepção

A percepção é um dos campos mais antigos dos processos fisiológicos e cognitivos envolvidos. Os primeiros a estudar com profundidade a percepção foram Hermann von Helmholtz, Gustav Theodor Fechner e Ernst Heinrich Weber. A Lei de Weber-Fechner é uma das mais antigas relações quantitativas da psicologia experimental e quantifica a relação entre a magnitude do estímulo físico (mensurável por instrumentos) e o seu efeito percebido (relatado). Mais adiante Wilhelm Wundt fundou o primeiro laboratório de psicologia experimental em Leipzig em 1879.

Na filosofia, a percepção e seu efeito no conhecimento e aquisição de informações do mundo é objeto de estudo da filosofia do conhecimento ou epistemologia. Em geral a percepção visual foi base para diversas teorias científicas ou filosóficas. Newton e Goethe estudaram a percepção de cores e algumas escolas, como a Gestalt, surgida no Século XIX e escolas mais recentes, como a fenomenologia e o existencialismo baseiam toda a sua teoria na percepção do mundo.

Para a psicologia a percepção é o processo ou resultado de se tornar consciente de objetos, relacionamentos e eventos por meio dos sentidos, que inclui atividades

como reconhecer, observar e discriminar. Essas atividades permitem que os organismos se organizem e interpretem os estímulos. A percepção de figura-fundo é a capacidade de distinguir adequadamente objeto e fundo em uma apresentação do campo visual. Um enfraquecimento nessa capacidade pode prejudicar seriamente a capacidade de aprender de uma criança. (APA, 2010, p. 696).

Percepção e realidade

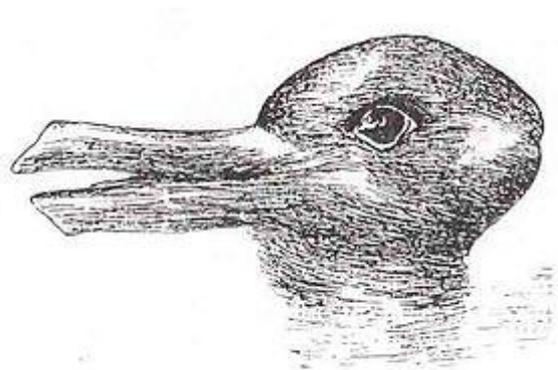


Imagem ambígua. O animal da figura pode ser um coelho ou um pato. Um exemplo de "percepção mutável"

Na psicologia, o estudo da percepção é de extrema importância porque o comportamento das pessoas é baseado na interpretação que fazem da realidade e não na realidade em si. Por este motivo, a percepção do mundo é diferente para cada um de nós, cada pessoa percebe um objeto ou uma situação de acordo com os aspectos que têm especial importância para si própria.

Muitos psicólogos cognitivos e filósofos de diversas escolas, sustentam a tese de que, ao transitar pelo mundo, as pessoas criam um modelo mental de como o mundo funciona (paradigma. Ou seja, elas sentem o mundo real, mas o mapa sensorial que isso provoca na mente é provisório, da mesma forma que uma hipótese científica é provisória até ser comprovada ou refutada ou novas informações serem acrescentadas ao modelo (v. Método científico).

À medida que adquirimos novas informações, nossa percepção se altera. Diversos experimentos com percepção visual demonstram que é possível notar a mudança na percepção ao adquirir novas informações. As ilusões de óptica e alguns jogos, como

o dos sete erros se baseiam nesse fato. Algumas imagens ambíguas são exemplares ao permitir ver objetos diferentes de acordo com a interpretação que se faz. Em uma "imagem mutável", não é o estímulo visual que muda, mas apenas a interpretação que se faz desse estímulo.

Assim como um objeto pode dar margem a múltiplas percepções, também pode ocorrer de um objeto não gerar percepção nenhuma: Se o objeto percebido não tem embasamento na realidade de uma pessoa, ela pode, literalmente, não percebê-lo. Os primeiros relatos dos colonizadores da América relataram que os índios da América Central não viram a frota naval dos colonizadores que se aproximavam em sua primeira chegada. Como os navios não faziam parte da realidade desses povos, eles simplesmente não eram capazes de percebê-los no horizonte e eles se misturavam à paisagem sem que isso fosse interpretado como uma informação a considerar. Somente quando as frotas estavam mais próximas é que passaram a ser visíveis. Qualquer pessoa nos dias atuais, de pé em uma praia espera encontrar barcos no mar. Eles se tornam, portanto, imediatamente visíveis, mesmo que sejam apenas pontos no horizonte.

Passa-se a considerar cada vez mais a importância da pessoa que percebe, durante o ato da percepção. A presença e a condição do observador modificam o fenômeno.

As percepções são normais se realmente correspondem àquilo que o observando vê, ouve e sente. Contudo, podem ser deficientes, se houver ilusões dos sentidos ou mesmo alucinações. Esta ambiguidade da percepção é explorada em tecnologias humanas como a camuflagem, mas também no mimetismo apresentado em diversas espécies animais e vegetais, como algumas borboletas que apresentam desenhos que se assemelham a olhos de pássaros, que assustam os predadores potenciais. Algumas flores também possuem seus órgãos sexuais em formatos atraentes para os insetos polinizadores.

Teorias cognitivas da percepção assumem que há uma pobreza de estímulos. Isto significa (em referência à percepção) que as sensações, sozinhas, não são capazes de prover uma descrição única do mundo. As sensações necessitam de enriquecimento, que é papel do modelo mental. Um tipo diferente de teoria é a ecologia perceptual, abordagem de James J. Gibson. Gibson rejeita a tese da

pobreza de estímulos ao mesmo tempo que rejeita que a percepção seja o resultado das sensações. Ao invés disso, ele investigou quais informações são efetivamente apresentadas aos sistemas perceptivos. Ele e outros psicólogos que trabalham com esse paradigma explicam como o mundo pode ser explicado como um organismo móvel através de leis de projeção da informação sobre o mundo em matrizes de energia. A especificação é um mapeamento 1:1 de alguns aspectos do mundo em uma matriz de percepção; dado um mapa deste tipo, nenhum enriquecimento é necessário e a percepção é direta.

Fatores que influenciam a percepção



Os olhos são os órgãos responsáveis pela visão, um dos sentidos que fazem parte da percepção do mundo.

O processo de percepção tem início com a atenção que não é mais do que um processo de observação seletiva, ou seja, das observações por nós efetuadas. Este processo faz com que nós percebamos alguns elementos em desfavor de outros. Deste modo, são vários os fatores que influenciam a atenção e que se encontram agrupados em duas categorias: a dos fatores externos (próprios do meio ambiente) e a dos fatores internos (próprios do nosso organismo).

Fatores externos

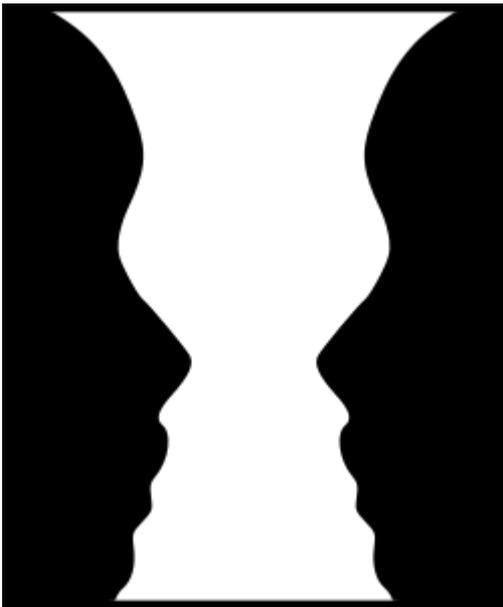
Os fatores externos mais importantes da atenção são a intensidade (pois a nossa atenção é particularmente despertada por estímulos que se apresentam com grande intensidade e, é por isso, que as sirenes das ambulâncias possuem um som insistente e alto); o contraste (a atenção será muito mais despertada quanto mais contraste existir entre os estímulos, tal como acontece com os sinais de trânsito pintados em cores vivas e contrastantes); o movimento que constitui um elemento principal no despertar da atenção (por exemplo, as crianças e os gatos reagem mais facilmente a brinquedos que se movem do que aos que estão parados); e

a incongruência, ou seja, prestamos muito mais atenção às coisas absurdas e bizarras do que ao que é normal (por exemplo, na praia num dia de verão prestamos mais atenção a uma pessoa que apanhe sol usando um cachecol do que a uma pessoa usando um traje de banho normal).

Fatores internos

Os fatores internos que mais influenciam a atenção são a motivação (prestamos muito mais atenção a tudo que nos motiva e nos dá prazer do que às coisas que não nos interessam); a experiência anterior ou, por outras palavras, a força do hábito faz com que prestemos mais atenção ao que já conhecemos e entendemos; e o fenómeno social que explica que a nossa natureza social faz com que pessoas de contextos sociais diferentes não prestem igual atenção aos mesmos objetos (por exemplo, os livros e os filmes a que se dá mais importância em Portugal não despertam a mesma atenção no Japão).

Princípios da percepção



Princípio da figura e fundo. Percebemos um vaso ou duas faces se entrelaçando, dependendo da escolha do que é figura (o tema da imagem) e o que é fundo.

Na percepção das formas, as teorias da percepção reconhecem quatro princípios básicos que a influenciam:

a tendência à estruturação ou princípio do fechamento - tendemos a organizar elementos que se encontram próximos uns dos outros ou que sejam semelhantes;

segregação figura-fundo - explica que percebemos mais facilmente as figuras bem definidas e salientes que se inscrevem em fundos indefinidos e mal contornados (por exemplo, um cálice branco pintado num fundo preto);

pregnância das formas ou boa forma - qualidade que determina a facilidade com que percebemos figuras bem formadas. Percebemos mais facilmente as formas simples, regulares, simétricas e equilibradas;

constância perceptiva - se traduz na estabilidade da percepção (os seres humanos possuem uma resistência acentuada à mudança).

Outros fatores

Em relação à percepção da profundidade, sabe-se que esta advém da interação de factores orgânicos (características do nosso corpo) com factores ambientais (características do meio ambiente). São exemplos dos factores orgânicos: a acomodação do cristalino que é uma espécie de lente natural de que dispomos para focar convenientemente os objectos; e a convergência das linhas de visão (a posição das linhas altera-se sempre que olhamos para objectos situados a diferentes distâncias).

Para exemplificar os factores ambientais temos o princípio do contraste luz-sombra (as partes salientes dos objectos são mais claras que as restantes, em função da iluminação recebida) e a grandeza relativa (a profundidade pode ser representada variando o tamanho e a distância dos objectos pintados. Os objectos mais distantes parecem-nos mais pequenos do que aqueles que estão mais próximos).

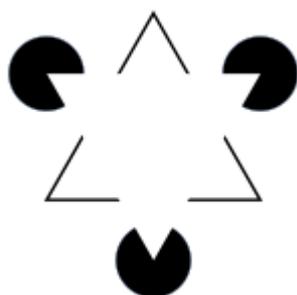
Tipos de percepção

O estudo da percepção distingue alguns tipos principais de percepção. Nos seres humanos, as formas mais desenvolvidas são a percepção visual e auditiva, pois durante muito tempo foram fundamentais à sobrevivência da espécie (A visão e a audição eram os sentidos mais utilizados na caça e na protecção contra predadores). Também é por essa razão que as artes plásticas e a música foram as

primeiras formas de arte a serem desenvolvidas por todas as civilizações, antes mesmo da invenção da escrita. As demais formas de percepção, como a olfativa, gustativa e tátil, embora não associadas às necessidades básicas, têm importante papel na afetividade e na reprodução.

Além da percepção ligada aos cinco sentidos, os humanos também possuem capacidade de percepção temporal e espacial.

Percepção visual



O triângulo de Kaniza demonstra o princípio do fechamento. Tendemos a ver um triângulo branco sobreposto à figura, como uma figura completa e fechada, embora ele só seja sugerido por falhas nas demais formas que compõem a figura.

A visão é a percepção de raios luminosos pelo sistema visual. Esta é a forma de percepção mais estudada pela psicologia da percepção. A maioria dos princípios gerais da percepção foram desenvolvidos a partir de teorias especificamente elaboradas para a percepção visual. Todos os princípios da percepção citados acima, embora possam ser extrapolados a outras formas de percepção, fazem muito mais sentido em relação à percepção visual. Por exemplo, o princípio do fechamento (ver figura ao lado) é melhor compreendido em relação a imagens do que a outras formas de percepção.

A percepção visual compreende, entre outras coisas:

Percepção de formas;

Percepção de relações espaciais, como profundidade. Relacionado à percepção espacial;

Percepção de cores;

Percepção de intensidade luminosa.

Percepção de movimentos

Percepção auditiva

A audição é a percepção de sons pelos ouvidos. A psicologia, a acústica e a psicoacústica estudam a forma como percebemos os fenômenos sonoros. Uma aplicação particularmente importante da percepção auditiva é a música. Os princípios gerais da percepção estão presentes na música. Em geral, ela possui estruturação, boa-forma, figura e fundo (representada pela melodia e acompanhamento) e os gêneros e formas musicais permitem estabelecer uma constância perceptiva.

Entre os fatores considerados no estudo da percepção auditiva estão:

Percepção de timbres;

Percepção de alturas ou frequências;

Percepção de intensidade sonora ou volume;

Percepção rítmica, que na verdade é uma forma de percepção temporal;

Localização auditiva, um aspecto da percepção espacial, que permite distinguir o local de origem de um som.

Percepção olfactiva



Expositor de perfumes

O olfacto é a percepção de odores pelo nariz. Este sentido é relativamente ténue nos humanos, mas é importante para a alimentação. A memória olfactiva também tem uma grande importância afetiva. A perfumaria e a enologia são aplicações dos conhecimentos de percepção olfactiva. Entre outros fatores a percepção olfactiva engloba:

Discriminação de odores, que estuda o que diferencia um odor de outros e o efeito de sua combinação;

O alcance olfactivo.

Em alguns animais, como os cães, a percepção olfactiva é muito mais desenvolvida e tem uma capacidade de discriminação e alcance muito maior que nos humanos.

Percepção gustativa

O paladar é o sentido de sabores pela língua. Importante para a alimentação. Embora seja um dos sentidos menos desenvolvidos nos humanos, o paladar é geralmente associado ao prazer e a sociedade contemporânea muitas vezes valoriza o paladar sobre os aspectos nutritivos dos alimentos. A arte culinária e a enologia são aplicações importantes da percepção gustativa. O principal fator desta modalidade de percepção é a discriminação de sabores.

Percepção tátil



Uma placa de sinalização em Braille

O tato é sentido pela pele em todo o corpo. Permite reconhecer a presença, forma e tamanho de objetos em contato com o corpo e também sua temperatura. Além disso o tato é importante para o posicionamento do corpo e a proteção física.

O tato não é distribuído uniformemente pelo corpo. Os dedos da mão possuem uma discriminação muito maior que as demais partes, enquanto algumas partes são mais sensíveis ao calor. O tato tem papel importante na afetividade e no sexo. Entre os fatores presentes na percepção tátil estão:

Discriminação tátil, ou a capacidade de distinguir objetos de pequenos tamanhos. (Importante, por exemplo, para a leitura em Braille);

Percepção de calor;

A percepção da dor.

Percepção temporal

Não existem órgãos específicos para a percepção do tempo, no entanto é certo que as pessoas são capazes de sentir a passagem do tempo. A percepção temporal esbarra no próprio conceito da natureza do tempo, assunto controverso e tema de estudos filosóficos, cognitivos e físicos, bem como o conhecimento do funcionamento do cérebro (neurociência).

A percepção temporal já foi objeto de diversos estudos desde o século XIX até os dias de hoje, quando é estudado por técnicas de imagem como a ressonância magnética. Os experimentos destinam-se a distinguir diferentes tipos de fenômenos relevantes à percepção temporal:

a percepção das durações;

a percepção e a produção de ritmos;

a percepção da ordem temporal e da simultaneidade.

Resta saber se estes diferentes domínios da percepção temporal procedem dos mesmos mecanismos ou não e também algumas novas considerações que decorrem da escala de tempo utilizada. Segundo o psicólogo francês Paul Fraisse, é

preciso distinguir a percepção temporal (para durações relativamente curtas, até alguns segundos) e a estimativa temporal que é designada como a apreensão de longas durações (desde alguns segundos até algumas horas). Estes fatores envolvem ainda os ciclos biológicos, como o ritmo circadiano.

Percepção espacial

Assim como as durações, não possuímos um órgão específico para a percepção espacial, mas as distâncias entre os objetos podem ser efetivamente estimadas. Isso envolve a percepção da distância e do tamanho relativo dos objetos. A razão para separar a percepção espacial das outras modalidades repousa no fato de que aparentemente a percepção espacial é supra-modal, ou seja, é compartilhada pelas demais modalidades e utiliza elementos da percepção auditiva, visual e temporal. Assim, é possível distinguir se um som procede especificamente de um objeto visto e se esse objeto (ou o som) está aproximando-se ou afastando-se. O lobo parietal do cérebro representa um papel importante neste tipo de percepção.

Propriocepção

Propriocepção é a capacidade em reconhecer a localização espacial do corpo, sua posição e orientação, a força exercida pelos músculos e a posição de cada parte do corpo em relação às demais, sem utilizar a visão. Este tipo específico de percepção permite a manutenção do equilíbrio e a realização de diversas atividades práticas. Resulta da interação das fibras musculares que trabalham para manter o corpo na sua base de sustentação, de informações táteis e do sistema vestibular, localizado no ouvido interno e responsável pelo equilíbrio.

O conjunto das informações dadas por esses receptores permitem, por exemplo, desviar a cabeça de um galho, mesmo que não se saiba precisamente a distância segura para se passar, ou mesmo o simples fato de poder tocar os dedos do pé e o calcanhar com os olhos vendados, além de permitir atividades importantes como andar, coordenar os movimentos responsáveis pela fala, segurar e manipular objetos, manter-se em pé ou posicionar-se para realizar alguma atividade.

Intensidade da percepção

Lei de Weber-Fechner

Pierre Bouguer (1760) e depois Ernst Heinrich Weber (1831) estudaram a menor variação perceptível para determinados estímulos. Para isso apresentaram estímulos variáveis a diversos indivíduos para determinar o funcionamento quantitativo de diversos tipos de percepção. A lei de Bouguer-Weber estipulava que o limiar sensorial (a menor diferença perceptível entre dois valores de um estímulo) aumenta linearmente com o valor do estímulo de referência. O médico Gustav Fechner (inventor do termo psicofísica) modificou essa lei, para que ela se tornasse válida aos valores extremos do estímulo: "a sensação varia como o logaritmo da excitação".

Esta lei pode ser aplicada a diversas formas de percepção. Não se sabe ao certo a causa neurológica dessa lei, mas ela pode ser percebida em diversos fenômenos da percepção. Por exemplo, na percepção de alturas, as pessoas percebem intervalos iguais, quando suas frequências variam exponencialmente. Por exemplo, a relação entre as frequências de 220 Hz e 440 Hz é percebida como um intervalo de uma oitava. A relação entre 440 Hz e 880 Hz é percebida como um intervalo igual de uma oitava, mesmo que a distância real entre as frequências não seja igual. Relações semelhantes se aplicam à percepção de intensidade sonora, intensidade luminosa, cores e diversos outros aspectos da percepção.

Percepção Social

Um último aspecto a ser considerado é o fato de que a percepção de certos aspectos relacionados a características humanas, ou mesmo a "construção da percepção" de certas características humanas, também pode ser constituída socialmente. Questões de gênero, raça, nacionalidade, sexualidade e outras, também podem ser interferidas por uma forma de percepção que é construída socialmente.

Um dos estudos recentes mais significativos sobre estes aspectos foi desenvolvido pelo historiador brasileiro José D'Assunção Barros (1967) que examinou a construção social da percepção relativamente a certos aspectos como as diferenças de sexualidade ou as diferenças étnicas

<https://web.archive.org/web/20111119171736/http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n175/n175a05.pdf>).

A obra mais densa deste autor sobre o assunto foi o livro *A Construção Social da Cor* (Petrópolis: Vozes, 2009). Neste livro, José D'Assunção Barros procura mostrar que as chamadas "diferenças de cor" também são construídas socialmente e historicamente. Ele procura examinar a história da construção e atualização de noções como "raça negra", "identidade negra", e "raça" de maneira geral. D'Assunção Barros mostra como, à época da montagem do tráfico de escravos que introduziu a Escravidão Moderna, começou a ser construída uma "identidade negra" (sob o signo de "raça negra") às custas da desconstrução de outras identidades que já existiam na África do período que precede a implantação da escravatura colonial.

A esta interessava paradoxalmente conservar e dissolver as identidades étnicas africanas ancestrais (zulus, ibos, nueres, axântis, tekes, e inúmeras outras). Como os traficantes de escravos obtinham seus suprimentos de cativos das guerras intertribais africanas, eles se interessavam em conservar bem vivas, na África, as hostilidades recíprocas entre etnias africanas. Isto porque, quando as diferentes tribos étnicas guerreavam entre si, os vencidos eram vendidos como escravos para os europeus. Contudo, uma vez enviados para o Novo Mundo, para o trabalho compulsório no Sistema Colonial (séculos XVII ao XIX), já interessava aos colonizadores dissolver as identidades étnicas africanas em uma única e nova identidade, a "raça negra".

Então, as etnias eram misturadas e se favorecia a percepção de que todos os africanos eram negros (em detrimento da percepção de que eram nueres, ibos, zulus, tekes, e assim por diante). Em suma: para o trabalho escravo na América - a outra ponta do sistema escravista - já não interessavam mais as antigas identidades étnicas africanas, e sim uma única identidade negra indiferenciada. Com isto, as pessoas de origem europeia passavam a ser ensinadas a perceberem os africanos como "negros", e os africanos transplantados para o Brasil também eram ensinados a se autoperceberem como "negros" (eram levados, portanto, ao esquecimento de suas identidades ancestrais na África). Da mesma forma, "europeus" e "africanos" aprendiam a se enxergar como "brancos" e "negros", a se perceberem como "raças"

diferenciadas. É a isto que José D'Assunção Barros pretende se referir quando fala em uma "Construção Social da Cor", ou em uma construção social da percepção étnica (https://web.archive.org/web/20100923073344/http://publique.rdc.puc-rio.br/desigualdadediversidade/media/Barros_desdiv_n3.pdf).

O mesmo raciocínio pode ser aplicado a outros aspectos, tal como as diferenças relacionadas à sexualidade, conforme postula José D'Assunção Barros em um artigo publicado na revista Análise Social (<https://web.archive.org/web/20111119171736/http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n175/n175a05.pdf>). A maneira como percebemos o que é "ser homem" ou "ser mulher" é também uma construção social, assim como constituem também uma construção social as formas como as sociedades percebem os diferentes modos humanos de vivenciar a sexualidade.

A percepção social, é, no entanto, uma classificação discutível, visto que as competências sociais são de tal gama variadas que confundiriam o conceito de percepção com outros conceitos cognitivos, como a lógica e a emoção, por exemplo. Podemos verificar isso numa situação social em que precisássemos selecionar o melhor candidato à vaga disponível de emprego: a nossa suposta "percepção social" requeria de nós uma "percepção" lógica, emotiva, de memória e de atenção a um só tempo para realizarmos esta simples tarefa. Isto posto, a ideia de "percepção social" deixa transparecer um uso inadequado do termo, que poderia ser substituído por outro mais abrangente, como "competência" ou "habilidade" social, por exemplo.

6- FORMAÇÃO DA IDENTIDADE

A discussão de processos identitários abordando aspectos conceituais e contextuais implica, primeiramente, na concepção da identidade, enquanto categoria de análise, como uma construção social, marcada por polissemias que devem ser entendidas circunscritas ao contexto que lhe conferem sentido. Neste artigo, procurou-se abordar a identidade associada à multiplicidade de sentidos e terminologias que atravessam a configuração do termo ao longo da história e num mesmo período histórico, expresso pela diversidade de áreas de conhecimento que se dedicam ao estudo do tema em questão. A partir disso, faz-se necessário um exercício de re-significação da identidade, sendo útil para tal empreendimento considerar os princípios da dialética, apresentados não segundo Marx em *Para Crítica da Economia Política (1978b)* em seu método de exposição, mas na forma de “leis”, como delineadas por Gadotti (1983), pois permite caracterizar a identidade enquanto uma processualidade histórica vinculada ao conjunto das relações que permeiam a vida cotidiana. As várias configurações de identidade habitam reflexões dos teóricos da modernidade, como Giddens (1991) ou da pós-modernidade como Santos (1999) e exigem a circunscrição deste homem ao momento atual do mundo globalizado, marcado por um capitalismo desorganizado, a fim de explicitar as novas bases sobre as quais se articula o pessoal e o social na contemporaneidade.

O termo identidade sempre desperta interesse, tanto das pessoas comuns, representantes do universo consensual, quanto de cientistas sociais.

Inúmeras questões estão associadas à identidade. Historicamente, o termo empregado para significar o que hoje se entende por identidade foi personalidade, privilegiando não só a perspectiva individualista, mas também uma visão em que os princípios da ciência médica sustentavam toda proposta de

compreensão. Nesse contexto, os debates versavam sobre o “normal” e o “patológico”, o “natural” e o “inerente”.

A priorização do ser biológico e individual sustentados por uma estrutura psíquica, invariante enquanto processo normativo, institui uma dicotomia entre o indivíduo e o grupo, entre o homem e sociedade. O conceito de personalidade oferecia um conjunto de princípios que previamente classificavam os indivíduos em categorias, confirmando uma concepção de sujeito em que pese a diversidade dos ambientes sociais. Os comportamentos expressos pelos indivíduos invariavelmente serviam para justificar as interpretações denominadas “científicas”, restando pouco ou quase nada a fazer por parte daqueles que manifestavam tais condutas. Baseados no princípio de “normalidade” e estrutura psíquica invariante, aplicado a todos indistintamente, os psicólogos mostravam-se despreocupados em investigar o comportamento dos homens. O comportamento, em si, configurava-se como recurso para alimentar os princípios constitutivos da personalidade normal ou patológica. A história social e singular do indivíduo participava apenas como pano de fundo para a expressão dos comportamentos “sabidamente” conhecidos.

Dissonante dessa perspectiva, e preocupados em considerar o homem enquanto sujeito social, inserido num contexto sócio-histórico, os psicólogos sociais adotaram o termo identidade.

De acordo com Ciampa (1984), é comum, em nosso cotidiano, a seguinte pergunta: quem é você ? Tal questionamento invariavelmente remete à identidade.

O emprego popular de tal termo apresenta-se marcado por uma intensa diversidade conceptual, sugerindo que a ostentação de um nome tão definitivo, continua sujeito a inúmeras variações (Jacques, 1998, p.159).

Essa imprecisão conceptual não se restringe ao universo da vida cotidiana, mas reflete a dificuldade nos mais variados campos do conhecimento que têm se dedicado a essa temática, como a Antropologia, Filosofia, Sociologia e Psicologia.

“A importância conferida ao estudo da identidade foi variável ao longo da trajetória do conhecimento humano, acompanhando a relevância atribuída à individualidade e às expressões do eu nos diferentes períodos históricos” (Jacques, 1998, p. 159). Há momentos na história em que se verifica um maior interesse sobre a questão da identidade, como registrado na antigüidade clássica, em que predominava uma valorização da vida individual e do mundo interno. Em contrapartida, constata-se um declínio acentuado no feudalismo devido à influência da concepção cristã de homem e do corporativismo feudal, fazendo com que historiadores remetam o aparecimento da individualidade aos séculos XI, XII e XIII. Foi na época do movimento romântico que o egocentrismo e a introspecção atingiram o seu apogeu, fornecendo condições para que se propagassem as produções teóricas sobre a identidade, inclusive no âmbito psicológico.

Na visão psicológica, os estudos sobre identidade são tratados geralmente pela Psicologia Analítica do Eu e pela Psicologia Cognitiva (Jacques, 1998), que em comum compartilham a noção de desenvolvimento, marcado por estágios crescentes de autonomia, entendendo a identidade como produto da socialização e garantida pela individualização. Ainda segundo aquele autor, a questão da identidade em Psicologia Social ocupou lugar central nos estudos de William James, enquanto que, na tradição do Interacionismo Simbólico, as referências concentram-se nos trabalhos de George Mead.

As dificuldades apontadas nesse percurso, que respondiam por uma excessiva ênfase, ora no individual, ora no social, são também encontradas na

atualidade sob formas diferentes, embora na “essência” ainda carreguem o problema de origem, referente à demarcação do território limítrofe do social e do individual. Tal afirmação pode ser ilustrada pelo uso de predicativos diversos para qualificar os diferentes sistemas identificatórios que constituem a identidade:

Jurandir Freire Costa emprega a qualificação "identidade psicológica" para se referir a um predicado universal e genérico definidor por excelência do humano em contraposição a apenas um atributo do eu ou de algum eu como é a identidade social, étnica ou religiosa, por exemplo. Habermas (1990) refere-se a “identidade do eu “ que se constitui com base na "identidade natural" e na "identidade de papel" a partir da integração dessas através da igualdade com os outros e da diferença em relação aos outros. Com base no pressuposto inter-relacional entre as instâncias individual e social, a expressão "identidade social" vem sendo empregada. (Neto,1985) buscando dar conta dessa articulação. (Jacques, 1998, p.161).

Instala-se, então, uma dicotomia em que *“a identidade passa a ser qualificada como identidade pessoal (atributos específicos do indivíduo) e/ou identidade social (atributos que assinalam a pertença a grupos ou categorias).”* (Jacques,1998, p. 161).

Diante dessa diversidade de qualificações e predicativos atribuídos à identidade, destaca-se o termo *identidade social*, uma vez que os elementos que o compõem parecem apontar, de forma mais evidente, as duas instâncias - individual e social - em jogo na discussão da problemática conceptual, que trata da origem individual ou coletiva da identidade. Com isso é possível fazer algumas reflexões sobre a concepção de homem subjacente à interpretação do termo, a fim de superar a falsa dicotomia (individual e social), bem como mostrar que é na articulação destas que é tecida a identidade.

Os termos *identidade* e *social* sugerem, respectivamente, um conceito que "*explique por exemplo o sentimento pessoal e a consciência da posse de um eu...*" (Brandão, 1990 p.37) privilegiando, de um lado, o indivíduo, e de outro lado, a coletividade, resultando numa configuração na qual se capta o homem inserido na sociedade, bem como à dinâmica das relações sociais. A importância dessa relação pode ser melhor compreendida nessa citação de Marx (1978a, p.9) " *A sociedade é, pois, a plena unidade essencial do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo acabado do homem e o humanismo acabado da natureza*".

A cisão encontrada nos textos de diferentes autores pode levar a um entendimento do homem como sendo *dois*; coexistindo independentemente e/ou separadamente um "eu" e um homem que se relaciona com outros homens.

Pode-se dizer que a concepção de homem que norteia tal rompimento vincula-se à idéia de natureza humana, cujos pressupostos pregam que todas as potencialidades do indivíduo já nascem com ele, sendo função do ambiente social promover condições para a manifestação dessas habilidades já pré-determinadas. O contexto social ocupa, assim, um papel secundário, configurando-se apenas como o contato com outros homens. Isso se reflete, de acordo com Bock (1997) nas perspectivas naturalista, essencialista e maturacionista que colocam no indivíduo a origem das funções psíquicas encontradas no substrato biológico.

É necessário compreender qual visão de homem orienta o estudo dessa categoria de análise - a identidade social, por constituir-se numa lente que regerá todo o processo de pensamento e construção do conhecimento desse fenômeno psicológico.

A identidade é considerada uma categoria de análise, ou seja, constitui-se em um elemento que é utilizado como referencial para submeter um objeto a uma análise; um recurso teórico que vai subsidiar a compreensão de um dado fenômeno; mediação para a compreensão de um determinado objeto.

Desprovidos da idéia de natureza humana, e assumindo uma concepção de homem como ser sócio-histórico, as condições biológicas recebem um outro enfoque. De acordo com Bock (1997) estas condições são a sustentação de um desenvolvimento sócio-histórico, o que é endossado nas palavras de Sève:

Assim o homem se constitui, a partir de um suporte biológico que lhe dá condições gerais de possibilidades (próprias da espécie Homo Sapiens Sapiens) e condições particulares de realidade (próprias de sua carga genética). No entanto, as características humanas historicamente desenvolvidas se encontram objetivadas na forma de relações sociais que cada indivíduo encontra como dado existente, como formas históricas de individualidade, e que são apropriadas no desenrolar de sua existência através da mediação do outro. (Sève, apud Jacques, 1998, p. 162)

Logo, a identidade não é inata e pode ser entendida como uma forma sócio-histórica de individualidade. O contexto social fornece as condições para os mais variados modos e alternativas de identidade. O termo identidade pode, então, ser utilizado para expressar, de certa forma, uma singularidade construída na relação com outros homens.

Os acontecimentos da vida de cada pessoa geram sobre ela a formação de uma lenta imagem de si mesma, uma viva imagem que aos poucos se constrói ao longo de experiências de trocas com outros: a mãe, os pais, a família, a parentela, os amigos de infância e as sucessivas ampliações de outros círculos de outros: outros sujeitos investidos de seus sentimentos, outras pessoas investidas

de seus nomes, posições e regras sociais de atuação (Brandão, 1990, p. 37).

É importante, segundo Jacques (1998), não limitar o conceito de identidade ao de autoconsciência ou auto-imagem. A identidade é o ponto de referência, a partir do qual surge o conceito de si e a imagem de si, de caráter mais restrito. Seria mais sensato dizer que essa singularidade, o reconhecimento pessoal dessa exclusividade, não é construída, mas vai *sendo* construída, a fim de abandonar a noção de imutabilidade. A identidade não se apresenta sob a forma de uma entidade que rege o comportamento das pessoas, mas é o próprio comportamento, é ação, é verbo.

A identidade constitui-se de uma multiplicidade de papéis. Na execução de um papel social, como o de pai, por exemplo, está "introjetado" neste pai a dimensão social em sua totalidade, desde a formação da palavra pai e sua suposta função, bem como a dimensão individual, que por sua vez se constitui no social.

Não há uma separação, mas sim uma articulação, em que os limites, se é que realmente existem, entre o social e o individual se confundem. Para existir *um*, são necessários *dois*, não apenas do ponto de vista da concepção, da genética, da sobrevivência, mas sobretudo em se tratando do homem ser reconhecido como tal; o homem só se vê como homem se os outros assim o reconhecerem. Sob essa perspectiva, é possível conceber a identidade pessoal como, e ao mesmo tempo, social, superando a falsa dicotomia entre essas duas instâncias.

Para que a questão da identidade seja melhor esclarecida, torna-se necessário partir da análise de algumas especificidades que a constituem. Ciampa (1984) há muito tem se dedicado ao estudo da identidade, norteado por uma concepção sócio-histórica de homem. Para ele, a compreensão da identidade exige

que se tome como ponto de partida a representação de identidade como um produto, para então analisar seu próprio processo de construção. Por exemplo, a resposta à pergunta “quem sou eu ?” seria insatisfatória para a configuração de uma concepção sobre identidade, uma vez que capta somente o aspecto representacional da noção de identidade (enquanto produto), deixando de lado seus aspectos constitutivos de produção.

Contraopondo-se à idéia de natureza humana, Marx (1978b) em “Para a Crítica da Economia Política” busca compreender os *“indivíduos produzindo em sociedade, portanto a produção dos indivíduos determinada socialmente, é por certo o ponto de partida”* (p.103). Todo esforço em compreender o homem, recorrendo à História, só tende a confirmar a dependência deste ao conjunto das relações nas quais está envolvido. Por isso, a afirmação de Marx (1978b) *“O homem é no sentido mais literal, um zoon politikon, não só animal social, mas animal que só pode isolar-se em sociedade”*. (p.104).

A totalidade da realidade social é um princípio fundamental para captar o movimento do homem no mundo. Assim, quando se fala de produção humana deve-se situá-la como *“[...] apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de uma determinada sociedade”* (Marx, 1978b, p.106). Uma totalidade, portanto, que se materializa num tempo histórico social, totalidade concreta. Quando trata do processo de produção, Marx demonstra como o princípio da totalidade se expressa:

O consumo cria o impulso da produção; cria também o objeto que atua na produção como determinante da finalidade...o consumo põe idealmente o objeto da produção, como imagem interior, como necessidade, como impulso e como fim. Sem necessidade não há produção. Mas o consumo reproduz a necessidade’ (Marx, 1978b, p. 110).

Momentos diferentes de um único processo, as etapas que configuram o modo de produção é que *“não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo são idênticos, mas que todos são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade”* (Marx, 1978b, p. 115).

O significado de uma totalidade concreta é buscado pelo método científico, em que *“o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”* (Marx, 1978b, p. 116).

Essa diversidade para ser captada e compreendida necessita percorrer um trajeto, cujo início está na concepção de história.

A transformação é resultado da ação do homem e do mundo natural sobre os objetos. Ao produzir, o homem consome parte de suas forças vitais, bem como consome os meios empregados para a produção de um determinado produto.

O homem, no entanto, não é apenas ser natural, mas ser natural *humano*, isto é, um ser que é para si próprio e, por isso, ser genérico, que enquanto tal deve atuar e conformar-se tanto em seu ser como em seu saber... nem objetiva nem subjetivamente está a natureza imediatamente presente ao ser humano de modo adequado. E como tudo o que é natural deve *nascer*, assim também o homem possui seu ato de nascimento: a *história*, que, no entanto, é para ele uma história consciente, e que, portanto, como ato de nascimento acompanhado de consciência é ato de nascimento que se supera. A história é a verdadeira história natural do homem . (Marx, 1978a, p.41 - grifos do autor)

Embora o método dialético, na concepção de Marx (1978b), não apresente leis, tais como as expostas por Gadotti (1983), e procure enfatizar a diferença entre método de exposição e método de pesquisa, é importante assinalar

que sua exposição persegue a lei da transformação, buscando “[... o nascimento, a existência, o desenvolvimento, a morte de determinado organismo social, e sua substituição por outro de mais alto nível]”.(p.16).

Para melhor compreender a identidade enquanto processo, cujo movimento é o aspecto central, recorrer-se-á às “leis” da dialética apresentadas por Gadotti (1983). Isso consiste mais num esforço didático que auxilia na compreensão da subjetividade enquanto totalidade que expressa a diversidade, síntese de múltiplas determinações.

O processo de construção da identidade, bem como seus elementos constituintes, tem um caráter dialético, e dentro dessa perspectiva é interessante destacar os princípios ou “leis” da dialética, para um melhor entendimento da noção de identidade, não só em seu aspecto representacional mas também operativo.

De acordo com Gadotti (1983), as quatro "leis" da dialética compreendem:

- 1) tudo se relaciona;
- 2) tudo se transforma;
- 3) mudança qualitativa;
- 4) unidade e luta dos contrários.

1) Tudo se relaciona (princípio da totalidade)

Segundo a dialética, a natureza é um todo coerente constituído por objetos e fenômenos, que estão ligados entre si, relacionando-se de forma recíproca.

A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na

abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes. "A parte materializa o todo mas o todo não é a soma das partes, nem é a parte o todo. Busca-se entender os fenômenos e os objetos dentro de uma totalidade concreta pois "Nada é isolado. Isolar um fato, fenômeno e depois conservá-lo pelo entendimento neste isolamento, é privá-lo de sentido, de explicação, de conteúdo. É imobilizá-lo artificialmente, matá-lo. É transformar a natureza – através do entendimento metafísico – num acúmulo de objetos exteriores uns aos outros, num caos de fenômenos. (Henri Lefèbvre, apud Gadotti, 1983, p. 25) .

A identidade é totalidade, e uma de suas características é a multiplicidade. Os papéis sociais são impostos ao indivíduo, desde o seu nascimento e assumidos pelo mesmo na medida em que se comporta de acordo com a expectativa da sociedade. Por exemplo: na presença do filho, o homem se relaciona como pai; na presença de seu pai, comporta-se como filho. Se for também professor do filho, o pai será pai/professor e aquele será filho/aluno. O papel de pai, bem como o de filho, materializa a identidade como totalidade/parcialidade, pois sendo expressão de uma parte, não revela a identidade por inteiro. A cada personagem materializado, a identidade tem assegurada sua manifestação enquanto totalidade, mas uma totalidade que não se esgota nem tampouco se resume a concretização de personagens. As personagens são partes constitutivas da identidade e, ao mesmo tempo, configura-se como um todo que se cria a si mesmo, enquanto fenômeno de uma totalidade concreta. A identidade é ainda um universo de personagens já existentes e de outros ainda possíveis.

Desta forma, na relação com outros homens, o indivíduo não comparece apenas como portador de um único papel, pois diversas combinações configuram uma identidade como totalidade. Uma totalidade contraditória, múltipla e mutável, no entanto una. Ao se apresentar frente a uma determinada pessoa, comporta-se de

uma dada maneira, neste momento as “outras identidades” pressupostas estão ocultas.

A identidade é vista como totalidade não apenas no sentido da multiplicidade dos personagens, mas também no que se refere ao conjunto de elementos biológicos, psicológicos e sociais que a constitui .

Não podemos isolar de um lado todo um conjunto de elementos – biológicos, psicológicos, sociais, etc. – que podem caracterizar um indivíduo, identificando-o, e de outro lado a representação desse indivíduo como uma duplicação mental ou simbólica, que expressaria a sua identidade. Isso porque há como uma interpenetração desses dois aspectos, de tal forma que a individualidade dada já pressupõe um processo anterior de representação que faz parte da constituição do indivíduo representado. (Ciampa, 1984, p. 65).

2) Tudo se transforma (princípio do movimento)

Para a dialética o movimento é uma característica inerente a todas as coisas e estas necessitam ser consideradas em seu devir. A natureza e a sociedade não são vistas como algo pronto e acabado, mas como elementos que estão em constante transformação. E a causa dessa transformação é a luta interna, a luta entre os elementos contraditórios que coexistem numa totalidade estruturada. É a lei da negação da negação, como aponta Konder (apud Gadotti, 1983, p. 25). Essa “lei”

...dá conta do fato de que o movimento geral da realidade faz sentido, quer dizer, não é absurdo, não se esgota em contradições irracionais, ininteligíveis, nem sempre se perde na eterna repetição do conflito entre teses e antíteses, entre afirmações e negações. A afirmação engendra necessariamente a sua negação, porém, a negação não prevalece como tal: tanto a afirmação como a negação

são superadas e o que acaba por prevalecer é uma síntese, é a negação da negação.

Assim como foi dito que o movimento é uma característica inerente a todas as coisas, a identidade aí se inclui. *“Identidade é movimento, é desenvolvimento do concreto... é metamorfose.”* (Ciampa, 1987 p. 74). Logo, ao invés de se perguntar como a identidade é construída, seria mais sensato questionar como vai *sendo* construída. Seria mais correto abordá-la enquanto processo de identificação, e não apenas enquanto produto.

O autor citado parte do princípio de que o ser humano é matéria, e como matéria está em constante transformação. É essa materialidade que permite ao homem expressar a condição da plasticidade, entendida como capacidade de projetar mundos, ou seja, o devir da identidade na forma de personagens possíveis (sonhos, projetos, esperanças). Em função dessa plasticidade, o homem pode negar o seu passado no futuro mediante condições objetivamente dadas. O indivíduo pode negar aquilo que lhe negam (lei da negação da negação), criando condições objetivas para se transformar. Isso se dá mediante exercício de reflexão, é como diz Lane:

Apenas quando confrontamos as nossas representações sociais com as nossas experiências e ações, e com as de outros do nosso grupo social, é que seremos capazes de perceber o que é ideológico em nossas representações e ações conseqüentes, ou seja, pensar a realidade e os significados atribuídos a ela, questionando-os de forma a desenvolver ações diferenciadas, isto é, novas formas de agir, que por sua vez serão objeto do nosso pensar, é que nos permitirá desenvolver a consciência de nós mesmos, de nosso grupo social e de nossa classe como produtos históricos de nossa sociedade, e também cabendo a nós – agentes de nossa história pessoal e social – decidir se mantemos ou transformamos a nossa sociedade (Lane, 1983, p. 36-37).

É no nascimento que a plasticidade, ou possibilidades, apresentam-se em sua plenitude, pois ao nascer, a criança encontra um mundo já constituído e sobre ela lançam-se as expectativas da sociedade. O homem, enquanto ser ativo, apropria-se da realidade social, atribuindo um sentido pessoal às significações sociais. Dadas as condições objetivas, as expectativas da sociedade, bem como as expectativas internalizadas pelo próprio homem, a identidade vai sendo construída num constante processo de vir a ser. Um pequeno trecho da obra de Ciampa (1987), em que o autor utiliza-se da história de Severino - personagem ficcional do poema de João Cabral de Mello Neto – “Morte e Vida Severina” é destacada a cena de um nascimento:

Será este recém-nascido tão diferente dos Severinos homogêneos e homônimos que vimos encerrados na sua mesmice? Na verdade, é um ser do mesmo gênero que, inclusive, também pode vir a ser mais um Severino, como possibilidade – não como necessidade. O que caracteriza é a plasticidade; define-se pelo vir-a-ser”. Isso revela a vida ... “ o humano é vir-a-ser humano – identidade humana é vida! (Ciampa, 1987, p.36).

Neste fragmento fica caracterizado o mundo simbólico, marca do homem. É essa subjetividade constituída por um universo de significados que transforma o "ser" em humano. O homem não cria apenas o mundo; cria sentido para o mundo em que vive. Traça caminhos, muda sua rota, altera sua "pré-destinação" pelas ações que realiza junto com outros homens. Por isso, deve ser visto como "se fazendo" e não "feito" e "acabado".

3) Mudança qualitativa (princípio da mudança qualitativa)

Esse princípio revela que a *“transformação das coisas não se realiza num processo circular de eterna repetição, uma repetição do velho. Como é gerado o novo ? Esta mudança qualitativa se dá pelo acúmulo de elementos quantitativos que num dado momento produzem qualitativamente o novo.”* (Gadotti, 1983 p. 26).

Como já salientado anteriormente, não basta apenas o aspecto representacional, mas deve-se considerar também o aspecto operativo da identidade. *“O nascituro, uma vez nascido, constituir-se-á como filho na medida em que as relações nas quais esteja envolvido concretamente confirmem essa representação através de comportamentos que reforcem sua conduta como filho e assim por diante”* (Ciampa, 1984, p. 66). Logo, não é suficiente uma representação prévia, essa identidade pressuposta, para ser mantida tem que ser "re-posta" a cada momento, mostrando seu caráter dinâmico. Contudo, a identidade sendo metamorfose aparece como não metamorfose, pelo trabalho de "re-posição".

Esse processo de re-posição muitas vezes confunde a questão do “movimento” da identidade. A re-posição é vista como algo *dado* e não como um *se dando*, num contínuo processo de identificação, devido ao fato de que as diferenças, a cada re-posição muitas vezes são pouco perceptíveis. A personagem pode ser a mesma: aluno, mas não o mesmo aluno. Como a sucessão é rápida, às vezes as mudanças não são reconhecidas. Mudanças pequenas dão a impressão de não-movimento, necessitam de um acúmulo de quantidade para que a percepção capte as transformações ocorridas. A cada dia, novos acontecimentos e significados são acrescentados à vida cotidiana, tornando o homem e o mundo "qualitativamente" diferentes. Quando a mudança é mais visível, diz-se que esta ocorreu “de repente”, mas na verdade não existe “de repente”, e sim um acúmulo de elementos até o momento em que algo se torna distinto na forma como era percebido. A identidade é uma sucessão temporal com mudanças muito pequenas. Na relação do indivíduo com outros homens “as identidades” vão sendo re-postas e cada re-posição não é a

mesma, as condições objetivas são outras, outros significados vão sendo dados e internalizados mesmo que imperceptíveis, pois como matéria estamos em constante transformação. Esta plasticidade permite ao homem a construção da sua singularidade, da sua identidade e de seu vir-a-ser.

4) Unidade e luta dos contrários (princípio da contradição)

Essa “lei” propõe que o movimento das coisas e suas transformações se dão porque no interior destas coexistem forças opostas que tendem simultaneamente à unidade e à oposição. Essa contradição, de caráter universal, é inerente a todas as coisas materiais e espirituais.

A identidade é construída por elementos opostos, ela é diferença e igualdade; objetividade e subjetividade, ocultação e revelação, humanização e desumanização, mesmice e mesmidade, e, para compreendê-la, é necessário articular essas dimensões aparentemente contraditórias a fim de superar a dicotomia individual/social que constitui a problemática da identidade desde a origem do termo.

Identidade é ao mesmo tempo diferença e igualdade . De acordo com Jacques (1998), a palavra identidade evoca tanto a qualidade do que é idêntico, igual, como a noção de um conjunto de caracteres que fazem reconhecer um indivíduo como diferente dos demais. Assim, a identidade implica tanto no reconhecimento de que um indivíduo é o próprio de quem se trata, como também pertence a um todo, confundindo-se com outros, seus iguais. Para subsidiar tal afirmação, é interessante retomar a história de Severino, este personagem que na busca de sua singularidade (diferença), acentuava cada vez mais sua igualdade. Severino, tentando dizer quem é, recorre a um substantivo (palavra que nomeia o ser) para indicar sua identidade, porém não é suficiente para que a sua identidade seja reconhecida. Em uma segunda tentativa, recorre a outros substantivos próprios

como nome da mãe, do pai, definindo com isso a sua posição social – família determinada; procura então uma região geográfica, depois, acrescenta a descrição de seu corpo físico, mas nada o singularizava, até a morte e a vida eram iguais... na busca da diferença encontrava igualdade.

Para muitos, a identidade se confunde com o nome e, nele estão a diferença (pré-nome) e igualdade (sobrenome). O processo de identificação começa no grupo social. O primeiro grupo social é a família na qual as duas dimensões da identidade começam a se constituir – igualdade (sobrenome) e diferença (pré-nome).

O nome não é a identidade; enquanto substantivo não revela a identidade, mas apenas parte dela. O substantivo é algo que nomeia o ser, e para isso é necessário uma atividade: o nomear. Logo, a identidade não é substantivo, é verbo; identidade é atividade (Ciampa, 1984).

A igualdade é expressa na história social compartilhada pela família, grupo social, localização geográfica, condições econômicas, culturais.... A diferença pode ser entendida como a constituição da singularidade, a transformação da significação social em sentido pessoal; e isso se dá pela atividade, através da concretização de personagens. É nesse processo de externalização (atividade humana) que a sociedade chega a se constituir como produto humano.

A singularidade (diferença) está na negação da negação, ou a negação de algo que nos é negado. A identidade singular é tecida na identidade social. Um momento da negação se expressa quando um indivíduo conquista seu reconhecimento, passando do indefinido e genérico, para o definido e singular. Distingue-se dos demais com quem compartilha o mundo social. As características peculiares, que dizem respeito à maneira de cada um se relacionar com os outros,

foram aprendidas nas relações grupais. A história de vida do indivíduo é determinada pelas condições históricas do grupo social no qual está inserido. Os papéis sociais que o homem aprende a desempenhar foram definidos pela sociedade, e de acordo com Lane (1983), foram engendrados visando garantir a manutenção das relações sociais, para que as relações de produção da vida se reproduzam sem grandes alterações na sociedade em que o homem vive. Há casos em que a identidade singular está tão colada à identidade social que se confunde com aquela. Há uma reprodução da ideologia dominante do conjunto de seus significados ao nível individual. Porém, ao refletir sobre as contradições entre as representações e suas atividades desempenhadas na produção da vida material, o homem faz com que as ações subsequentes resultem num avanço no processo de conscientização. Para Lane (1983), apenas quando o ser humano for capaz de encontrar as razões históricas da sociedade e do grupo social, que explicam porque o homem age desta forma e como o faz, é que ele estará desenvolvendo a consciência de si mesmo. A diferença é essencial para a tomada de consciência de si e é inerente à própria condição da vida social, pois a diferença só aparece tomando como referência o outro. *“Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas o contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.” (Marx & Engels, 1979 p.37).*

Lane (1983) ressalta ainda que a consciência de si poderá alterar a identidade social, na medida em que dentro dos grupos que definem o homem, este questione os papéis quanto as suas funções históricas, ao mesmo tempo em que os membros se identifiquem entre si quanto a esta determinação e constatem as relações de dominação que reproduzem uns sobre os outros. Somente desta maneira é que o grupo poderá se tornar agente de mudanças sociais. Segundo Berger (1971), enquanto esse questionamento, por assim dizer, se limitar à

consciência individual e não for admitido por outros, ao menos como possibilidade empírica, terá apenas uma existência “fantasmagórica”.

O fenômeno da consciência é, ao mesmo tempo, extremamente subjetivo, porque está muito carregado pela presença efetiva do eu individual, e extremamente objetivo, porque se esforça por considerar objetivamente não só o ambiente exterior (o mundo), mas também o eu subjectivo.(...) o eu considera-se simultaneamente como sujeito e como objecto de conhecimento e considera o ambiente objectivo implicando neste a sua própria existência subjectiva”. (Morin, 1973, p.132).

Neste processo de externalização, o homem constrói seu mundo e ao mesmo tempo constrói a si mesmo e essa atividade construtora de mundos dos homens é o trabalho, trabalho enquanto atividade consciente do homem.

A atividade sempre está vinculada à consciência. E é mediante esse exercício de reflexão que o homem pode criar condições objetivas e superar as situações do cotidiano, concretizando outras personagens. Nessa concretização, a atividade é que configura a singularidade. O homem na sua atividade se distingue das outras espécies animais, já que sua atividade é consciente e sua produção não é determinada unicamente por suas necessidades imediatas.

(...) É certo afirmar que também o animal produz (...) Porém produz unicamente o que necessita de imediato para si ou para sua prole; produz unilateralmente, enquanto que o homem produz universalmente. O animal produz unicamente por mandato da necessidade física imediata, enquanto que o homem produz inclusive livre da necessidade física e só produz realmente liberado dela; o animal produz apenas a si mesmo, enquanto que o homem reproduz a natureza inteira; o produto do animal pertence imediatamente com seu corpo físico, enquanto que o homem se

defronta livremente com seu produto. O animal produz unicamente segundo a necessidade e a medida da espécie a que pertence, enquanto que o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer espécie e sempre sabe impor ao objeto a medida que lhe é inerente, por isso o homem cria segundo as leis da beleza . (Marx, 1983, p.112).

De acordo com Marx (1978a), a base da sociedade, assim como a característica fundamental do homem está no trabalho, atividade pela qual o homem domina as forças naturais, humaniza a natureza, e ao mesmo tempo cria a si mesmo. A respeito da relação homem-natureza, Marx afirma que o homem faz parte da natureza mas não se confunde com ela. O homem é um ser natural, no sentido de que foi criado pela própria natureza, submete-se às leis que são naturais e depende desta natureza para sobreviver. Mas ao mesmo tempo, o homem não se confunde com a natureza, pois a transforma de modo consciente segundo suas necessidades e, nesse processo, se faz homem. É nesta relação que o homem se constrói e transforma a si mesmo e a própria natureza. Marx ressalta ainda que o homem só é capaz de transformar a natureza e a si mesmo porque se reconhece e reconhece o outro nesse processo. A natureza humanizada não é, portanto, construída através de idéias ou resultado de uma abstração, mas atividade prática e consciente: a natureza humanizada é trabalho.

O que o indivíduo concretiza, vive, aquilo que tem sido e vivido corresponde à objetividade da identidade. A subjetividade da identidade está no "vir-a-ser" na forma de personagens possíveis, está na plasticidade. O homem pode projetar um "vir-a-ser" baseado nas experiências passadas, se de alguma forma, o sentido dessas pretende preservar, e nesse processo procura criar condições objetivas que garantam a possibilidade de recriar no futuro, essas experiências; caso contrário pode criar novas condições para sua negação, conquistando assim, a superação. A superação pressupõe a concretização, isto é, só se pode superar

aquilo que já foi concretizado, externalizado e, como foi dito, isso se dá pela atividade mediante o exercício de reflexão.

A identidade também é ocultação e revelação. A revelação é condição para a ocultação. Perante determinadas condições objetivas é revelada a uma dada pessoa uma personagem e ocultadas outras.

A identidade é também desumanização no sentido da impossibilidade de novas concretizações. O indivíduo desenvolve atividades que o negam como ser humano ou é forçado a repor personagens reproduzindo as condições que o desumaniza. Nesse movimento, o homem não se reconhece no produto de sua atividade, e isto se dá, segundo Marx (1983), pois o homem se relaciona com o produto de seu trabalho como um objeto alienado, *“[...] a apropriação do objeto aparece como alienação a tal ponto que quanto mais objetos o trabalhador produz tanto menos pode possuir e tanto mais fica dominado pelo seu produto, o capital”* (Marx, 1983, p. 91). O homem ao transformar a natureza transforma a si mesmo e nesta relação, produz-se como homem alienado, produzindo as condições de sua própria escravização:

Quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem pra consumir; quanto mais valor ele cria, tanto menos valioso se torna; quanto mais aperfeiçoado o seu produto, tanto mais grosseiro e informe o trabalhador; quanto mais civilizado o produto, tão mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tão mais frágil o trabalhador; quanto mais inteligência revela o trabalho, tanto mais o trabalhador decai em inteligência e se torna um escravo da natureza. (Marx, 1983, p. 92).

Neste sentido, o indivíduo reproduz a ideologia dominante, mantendo as condições sociais, ou seja, não transforma nem as relações sociais, nem a ele

mesmo. Enquanto humanização, o homem insere-se e define-se no conjunto de suas relações sociais, desempenhando atividades transformadoras destas relações, o trabalho apresenta-se como “[...] *atividade vital, vida produtiva*” (Marx, 1983 p. 95) e não “...*apenas como meios para a satisfação de uma necessidade, a de manter sua existência física*” (Marx, 1983, p. 95).

Nessa articulação entre atividade e consciência define-se a mesmidade (Ciampa, 1987). Este elemento caracteriza também a identidade enquanto movimento e plasticidade, pois se dá pelo ato de refletir o que temos sido e podemos ser. Trata-se de uma postura do homem em dispor-se a saber mais, de refletir o conhecimento, recusando-se a reconhecê-lo como realidade absoluta. Em contrapartida, se dá a mesmice que pode ser descrita como simples re-posição de papéis, sem a mediação da reflexão.

Dentro dessa perspectiva é conveniente ressaltar que a identidade é um fenômeno social, logo não é possível dissociar o estudo da identidade singular, do estudo da sociedade. É do contexto histórico e social em que o homem vive que decorrem suas determinações e, conseqüentemente, emergem as possibilidades ou impossibilidades, os modos e as alternativas de identidade.

“*Somos personagens de uma história que nós mesmos criamos, fazendo-nos autores e personagens ao mesmo tempo*”. Esta frase de Ciampa (1987) pode ser comparada a citada por Berger (1971): o homem é produto da sociedade, a sociedade é produto do homem.

A personagem se refere à identidade empírica que é a forma pela qual a identidade se expressa no mundo. Implica sempre na presença de um ator desempenhando um papel social. A personagem ao mesmo tempo se confunde e se diferencia do papel, isto porque o homem não ‘absorve’ passivamente o mundo

social (com suas instituições, papéis, e identidades apropriadas), mas apropria-se dele de maneira ativa – somos também autores da nossa história ; a sociedade é produto do homem. O mundo objetivo é apreendido com plena significação subjetiva, atribuindo-lhes sentidos à realidade objetiva. É no desenvolvimento de atividades que o homem vai construindo sua história. A personagem está sempre relacionada a um papel social, e este representa uma identidade coletiva, abstrata e genérica; associada, construída e mediada pelas relações sociais. Nesse sentido, os homens são ao mesmo tempo autores e co-autores, pois precisam do outro para se concretizar. A reposição de personagens só é possível porque o outro oferece condições para isso. O outro é condição fundamental de expressão da identidade enquanto singularidade. É diante do outro que o homem pode negar aquilo que lhe negam. O homem tem que reconhecer a si mesmo e o outro no processo de construção da identidade, “[...] quando o homem se defronta consigo mesmo, também está se defrontando com **outros** homens” (Marx, 1983, p. 97 – grifo do autor).

A questão da identidade é complexa, uma vez que é múltipla, dinâmica, num constante devir. É uma intrincada rede de representações, em que cada personagem reflete tantos outros, todos constitutivos da identidade, ou melhor dizendo, instituintes de um processo identitário, desaparecendo, assim, qualquer possibilidade de se estabelecer um fundamento originário para cada uma delas. O mesmo ocorre com a questão da relação homem-sociedade cuja complexidade é expressa por Allport (apud Ciampa, 1993, p.3) no seguinte questionamento:

Como pode sua natureza (do indivíduo) depender indubitavelmente da prévia existência de padrões culturais e de seus papéis numa estrutura social pré-determinada, enquanto que ao mesmo tempo ele é claramente uma pessoa única, selecionando e rejeitando influências de seu meio cultural e, por outro lado, criando novas formas culturais para orientar as futuras gerações ? E ainda mesmo

enquanto essa interação entre o individual e o social está em evolução, o homem também é, certamente, um ser biológico, sujeito às leis de sua espécie .

A exposição feita até aqui pretendeu demarcar o espaço e as múltiplas facetas que envolvem a temática de identidade, além de explicitar a importância do adjetivo *social* que segue o substantivo *identidade*.

QUESTÕES CONTEXTUAIS

A complexidade desse tema tem sido responsável por discussões extensas e muitas vezes estereis em razão de princípios e conceitos divergentes envolvidos. A fase denominada de *capitalismo desorganizado* (Santos, 1999), para circunscrever o momento atual do mundo globalizado, responde por novas configurações do homem, expondo perspectivas que devem ser objeto de investigação dos cientistas sociais. Inúmeras são as questões que se colocam hoje. Marcado por pressões de um mundo cada vez mais complexo e desorganizado, a natureza dos problemas humanos se redimensiona, obrigando todos a um investimento pessoal, por vezes demasiado pesado. Perdido e premido por exigências do mundo, onde a divisão entre público e privado manifesta-se com doses generosas de ambigüidade, a identidade do homem transforma-se rapidamente, sem que a ciência e o universo consensual possam dar conta dessas mudanças. O conhecimento científico retrata uma provisoriedade sem precedentes, em que pese todas as revoluções científicas e tecnológicas desse final de milênio.

A pergunta que se coloca agora é: Quem é o homem da contemporaneidade? O que faz esse homem? Como dar conta desse fenômeno psicológico? Qualquer tentativa de esgotar esses temas seria pretensiosa e frágil, posto que teria que lidar com uma plasticidade ainda não totalmente conhecida. A

impessoalidade tal como discute Sennett (1988), transformou-se num risco que poucos estão dispostos a correr. A apologia da intimidade cristaliza os mundos público e privado, tornando-os impermeáveis.

Identificar-se com pessoas que não se conhece, pessoas estranhas, mas que podemos compartilhar dos interesses étnicos, dos problemas familiares, ou da religião, tornou-se algo penoso... Quanto mais local a imaginação, maior se torna o número de interesses e problemas sociais, para os quais a lógica psicológica é: não nos deixaremos envolver; não permitiremos que isso nos viole. Não se trata de indiferença: é uma recusa, uma constrição voluntária de experiências que o eu comum pode se permitir. (Sennett, 1988, p. 378).

Sennett (1988) denuncia uma realidade ao revelar a preocupação com situações que circunscrevem a vida cotidiana. Censura o comportamento dos homens preocupados em investir em si mesmos, estabelecendo vínculos transitórios e frágeis com aqueles com quem compartilham a vida social.

Da mesma maneira, Santos (1999) entende que no mundo globalizado observa-se um capitalismo desorganizado, no qual o homem está obcecado pela diferença procurando por distinção. Na modernidade, entende que há duas linhas de construção da subjetividade que merecem destaque especial: a tensão entre subjetividade individual e coletiva de um lado, e a subjetividade contextual e universal de outro. *“Na tensão entre subjetividade individual e subjetividade coletiva, a prioridade é dada à subjetividade individual, na tensão entre subjetividade contextual e subjetividade abstrata, a prioridade é dada à subjetividade abstrata”* (Santos, 1999, p.137).

A complexidade originária do mundo capitalista trouxe, como conseqüência, problemas para a identidade. A busca por uma hegemonia proposta e controlada pelo Estado, estimula uma identidade reduzida porquanto genérica e abstrata. É de Santos a afirmação: *“concluo assim que, sob a igualdade do capitalismo, a modernidade deixou que as múltiplas identidades e os respectivos contextos intersubjetivos que a habitavam fossem reduzidos à lealdade terminal ao Estado, uma lealdade omnívora das possíveis lealdades alternativas”* (Santos, 1999, p. 142). Essas amarras assinaladas por Santos configuram a subjetividade do homem moderno.

Santos propõe uma análise crítica em que estejam relacionados três marcos da história da modernidade, a saber: subjetividade, cidadania e emancipação. Para isso, percorre um trajeto em que, de um lado, está a regulação e, de outro, a emancipação e analisa como esses limites relacionam-se com a subjetividade.

O projeto de modernidade, para Santos, é caracterizado por um equilíbrio entre regulação e emancipação, sendo o primeiro sustentado pelos princípios de Estado (Hobbes), de mercado (Locke) e comunidade (Rousseau), enquanto o pilar do segundo - emancipação - se dá pela articulação entre três dimensões de racionalização e secularização da vida coletiva: a racionalidade cognitivo-experimental da ciência e técnicas modernas, a racionalidade estético-expressiva e a racionalidade moral-prática do direito moderno. Na verdade, o autor entende que o equilíbrio pretendido nunca foi alcançado, oscilando ora a favor de um (regulação), ora a favor de outro (emancipação).

Para demonstrar melhor estas oscilações, Santos propõe uma relação entre subjetividade e cidadania, entendendo que esta última é mais restrita e, exemplifica essa distinção por meio da teoria liberal, na qual a sociedade - enquanto

sociedade civil - não exerce a cidadania pela impossibilidade de participação política. Introduce, assim, uma nova questão: a relação entre democracia e participação.

A sociedade liberal é caracterizada por uma tensão entre a subjectividade dos agentes na sociedade civil e a subjectividade monumental do Estado. O mecanismo regulador dessa tensão é o princípio de cidadania que, por um lado, limita os poderes do Estado e, por outro, universaliza e igualiza as particularidades dos sujeitos, de modo a facilitar o controle social de suas atividades e, conseqüentemente, a regulação social. (Santos, 1999, p.240).

O resultado dessas tensões parece estar sempre a favor do Estado e/ou sociedade, reduzindo as possibilidades de expressão da subjectividade naquilo que, em essência, é sua característica: a singularidade. Outra relação de tensão e, ainda mais complexa, é a relação entre cidadania e subjectividade. Poder-se-ia argumentar que a subjectividade se amplia e se enriquece quando a ela se lhe acrescenta o princípio de cidadania, onde direitos e deveres são elementos constitutivos. Mas, a crítica de Santos é a de que essa mesma subjectividade fica reduzida porque os deveres e direitos se apresentam de forma abstrata e universal, tornando impossível articular igualdade (cidadania) e diferença (subjectividade). *“A igualdade da cidadania colide, assim, com a diferença da subjectividade”*. (Santos, 1999, p.240). Esse dilema está presente em todo o percurso da modernidade. A superação dessa tensão só ocorrerá, se a relação entre cidadania e subjectividade for sustentada pela emancipação (Santos), representando uma conquista do indivíduo e de sua subjectividade.

A aspiração de autonomia, criatividade e reflexividade é transmutada em privatismo, dessocialização e narcisismo, os quais, acoplados à vertigem produtivista, servem para integrar, como nunca, os indivíduos na compulsão consumista. ... (fazendo com que a) (...) personalização dos objetos transforme estes em características de personalidade de quem os usa e, nessa medida, os objetos transitam da esfera do ter a esfera do ser. (Santos, 1999, p.255-256)

Nesse processo, o cotidiano, meio no qual a intersubjetividade se desenvolve e tem expressão, configura-se numa nova relação entre subjetividade e cidadania, instituindo uma luta por um mundo e vida melhor, onde os excessos de regulação e as opressões vivenciadas são os motivos das ações e reações do homem.

A conquista por novos espaços de expressão e reconhecimento social, em que a relação entre cidadania e subjetividade esteja assente na idéia de emancipação, deve tomar como fundamento o princípio de comunidade de Rousseau que, segundo Santos, articulava as idéias de obrigação política horizontal entre cidadãos e a idéia de participação e solidariedade concreta, emergindo daí uma nova cultura política e, “[...] em última instância, uma nova qualidade de vida pessoal e coletiva assentes na autonomia e no auto-governo..”. (Santos, 1999, p.263).

Para ampliar o debate, far-se-á uma incursão nos textos de Giddens (1991) e Morin (1973). Para Giddens (1991), a comunidade sofreu uma destruição, no que se refere às marcas deixadas pelo homem na constituição da vida social. Embora os “lugares”, enquanto espaços apareçam cada vez mais integrados, revelam-se territorialmente fragmentados, genéricos e iguais. Há como que um “estranhamento”, onde o homem não se reconhece como constituinte desse processo.

Na modernidade, outras transformações são observadas no âmbito das relações interpessoais: *“as rotinas que são estruturadas por sistemas abstratos têm um caráter vazio, amoralizado – isto vale também para a idéia de que o impessoal submerge cada vez mais o pessoal”*. (Giddens, 1991 p. 122). A preocupação de Giddens é a de mostrar não uma ruptura entre o pessoal e o social institucionalizado, mas explicitar novas bases sobre as quais se desenvolve essa relação, onde situações tão diferentes e localizadas estão diretamente interligadas. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que a intimidade e a impessoalidade adquirem um lugar de expressão comum, e espaço único, indiferenciando-se enquanto especificidades.

Surge daí um questionamento: a busca da auto-identificação seria uma forma de narcisismo ou uma maneira do homem resistir às pressões das instituições modernas ?

Talvez, esse dilema possa ser melhor compreendido por meio da exposição de Giddens sobre a fenomenologia da modernidade, que caracteriza em

... quatro estruturas de vivência dialeticamente relacionadas: deslocamento e reencaixe: intersecção de estranhamento e familiaridade. Intimidade e impessoalidade: intersecção de confiança pessoal e laços impessoais. Perícia e reapropriação: a intersecção de sintomas abstratos e cognoscibilidade cotidiana. Privatismo e engajamento: a intersecção entre aceitação pragmática e ativismo. (Giddens, 1991, p. 140).

Esse é o movimento que caracteriza a vida cotidiana., onde as oscilações e o direcionamento e redirecionamento respondem pela apreensão dos

fenômenos psicossociais, ao mesmo tempo em que a ambigüidade se mostra como elemento constante.

[...] – o mundo que se transforma gradativamente da familiaridade do lar e da vizinhança local para um tempo – espaço indefinido – não é de modo algum um mundo puramente impessoal... Vivemos num mundo povoado, não meramente um mundo de rostos anônimos, vazios, e a interpolação de sistemas abstratos em nossas atividades é intrínseco à sua realização. (Giddens, 1991 p.144)

Buscando diferenciar sua posição da de outros estudiosos, Giddens denomina de modernidade radicalizada (MR) sua concepção, em oposição à pós-modernidade (PM) e, sintetiza suas idéias afirmando sua convicção no poder do homem em se apropriar da vida cotidiana, apesar das perdas que sofre. Acredita, ainda, em processos ativos de auto-identificação, onde a ambigüidade é uma constante, expressa nas relações de integração e dispersão, engajamento e pragmatismo, estranhamento e familiaridade. Sugere também que a solidão e distanciamento do homem, como apontado por outros estudiosos é resultado de uma percepção fatalista e desesperançosa do mundo moderno, onde não se percebe que as transformações ocorridas oferecem novas oportunidades combinadas, é claro, com limites e imposições.

Do ponto de vista psicológico, é melhor compartilhar da visão de Giddens, pois vislumbra possibilidades no horizonte do mundo humano.

Neste momento, vale lembrar a percepção de Morin (1973 p.108) acerca do homem: O homem histórico

“é” um ser de uma afetividade intensa e instável, que sorri, chora, um ser ansioso e angustiado, um ser gozador, ébrio, extático, violento, furioso, amante, um ser invadido pelo imaginário, um ser que conhece a morte, mas que não pode acreditar nela, um ser que segrega o mito e a magia, um ser possuído pelos espíritos e pelos deuses, um ser que se alimenta de ilusões e de quimeras, um ser subjectivo cujas relações com o mundo objectivo são sempre incertas, um ser sujeito ao erro e à vagabundagem, um ser úbrico que produz desordem. (Morin, 1973, p.108).

Esse homem multifacetado e ambíguo, cuja flexibilidade é responsável pela capacidade de reorganização da vida cotidiana, é dono de uma plasticidade que sugere sempre novas expectativas, novos domínios, novos “vir-a-ser”.

O ceticismo de Santos (1999), deve ser visto como uma preocupação do homem moderno e não como constatação de imposição e amarras apenas. Desconsiderar as questões que apresenta do mundo globalizado seria assumir uma ignorância intencional, uma recusa prévia em perceber a realidade como complexa e contraditória. Quando afirma a prevalência da subjetividade individual e abstrata, o faz fundamentado nas situações da realidade social que configuram o homem na pós-modernidade. Mas, faz também uma proposição, denunciando os dilemas que deve ser objeto de preocupação de todos. A superação desse dilema, exige:

[...] uma nova teoria da democracia que permita reconstruir o conceito de cidadania, uma nova teoria da subjectividade que permita reconstruir o conceito de sujeito e uma nova teoria da emancipação que não seja mais que o efeito teórico das duas primeiras teorias na transformação da prática social levada a cabo pelo campo social da emancipação. (Santos, 1999, p. 270).

Assim, ao se tratar da subjetividade, deve-se ter em conta que a expressão do homem na vida em sociedade requer uma análise e um projeto político, de forma que a pessoa alcance projeção, garantindo seu espaço e reconhecimento social, entendendo essa projeção como direito e privilégio de todos os seres humanos. Não é possível compreender a subjetividade a não ser pela articulação entre sistema político (participação e representação), autonomia (conhecimento e reflexão crítica) e cidadania (igualdade de direitos e solidariedade).

REFERÊNCIAS

https://pt.wikipedia.org/wiki/Psicologia_organizacional>acesso em 29/05/2020

<https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/clima-organizacional/>>acesso em 29/05/2020

<https://endomarketing.tv/comunicacao-informal-nas-organizacoes-alessandra-becker/#.XtE4YVRKjIU>>acesso em 29/05/2020

<https://superatualizado.com.br/comunicacao-informal/>>acesso em 29/05/2020

<https://casadaconsultoria.com.br/relacoes-interpessoais-e-desenvolvimentos-de-equipes/>>acesso em 29/05/2020

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Percep%C3%A7%C3%A3o>>acesso em 29/05/2020

<http://www.uel.br/ccb/psicologia/revista/textov2n13.htm>>acesso em 29/05/2020